



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Rua Manoel Correia de Freitas, 1670 — Fone: (041) 262-3074 — 80000 — Curitiba - Paraná

CGC 76 709 096/0001-23

## A DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE

A universidade constitui um dos patrimônios sociais. Suas funções essenciais são: ensino, pesquisa e extensão. Ela trabalha na produção e transmissão do saber, da experiência cultural, filosófica, científica e artística. Tem como tarefa interferir na transformação da sociedade, caminhando para a constituição de uma sociedade justa. Tem como tarefa pôr o saber a serviço do Homem, o que significa numa sociedade como a nossa - onde estão presentes as divisões de classe - que ela esteja a serviço da maioria da população.

Uma das funções da universidade é também a formação de profissionais, fornecendo-lhes a ciência e a técnica, sem descuidar da formação política e cultural. Mas essa função não é (e não pode ser) exclusiva. A universidade tem também o papel de produzir o saber em todas as áreas e de praticar uma política de extensão.

No cumprimento de suas funções, a universidade, tanto a pública e gratuita quanto a particular, guarda uma relação com o Estado, relação essa que não é simples, porque a própria realidade do Estado é complexa.

Se hoje não é possível uma sociedade sem Estado, ou seja, sem um poder intervencionista, é importante saber como a sociedade delega o poder, isto é, como se constitui esse poder, como se dá a relação entre o social e o político. Discutir democracia, nesse contexto, é falar do poder (DEMOS = povo; KRATEIN = exercer o poder), porque - como diz G. Lebrun - democracia é "um controle efetivo mínimo dos governados sobre os governantes".

O controle da universidade, isto é, saber se ela efetivamente está cumprindo suas funções, é - em princípio - papel do Estado. No terceiro mundo, porém, esse Estado está, na maioria dos casos, desconectado do social e organizado numa prática de tirania.

Essa situação exige da sociedade o exercício permanente da vigilância sobre o Estado, por meio dos sindicatos, associações de bairro, associações científicas, associações docentes e estudantis, e demais organizações. Uma de nossas tarefas como cidadãos é praticar - por meio de nossa participação em organizações sociais - essa vigilância para assegurar que o Estado não se desobrigue de seus deveres. E essa é uma das razões para se falar em democracia no interior da própria Universidade.

Ao Estado cabe, de um lado, a obrigação no caso das universidades públicas e gratuitas - de garantir-lhes o pleno funcionamento (capacitação docente, laboratórios, bibliotecas, etc.); de outro, de garantir à população o acesso democrático a ela, o que implica também propiciar o 1º e 2º graus a todos.

Assim, quando se fala em democracia na universidade, é preciso considerar pelo menos dois níveis: o externo, que vai desde o acesso à universidade até as relações desta com a sociedade como um todo; e o interno, que implica a participação de estudantes e funcionários nos órgãos colegiados, bem como a ampliação da própria participação dos docentes, que ainda é muito restrita.

Nesse processo de participação, professores, estudantes e funcionários ampliam também suas responsabilidades, na medida em que compartilham a gestão da universidade.

Muitas vezes, interesses alheios à inst. universitária (interesses políticos, de apadrinhamento, etc.) aproveitam-se de sua atual estrutura autoritária e da estrutura autoritária do próprio Estado para colocar em posição de mando pessoas totalmente desqualificadas, que - a rigor - não poderiam sequer estar na universidade (se fossem prestar concursos sérios, seriam fatalmente reprovados) e que submetem os qualificados à sua incompetência e caprichos. Essa é uma das causas do atual desvirtuamento da Universidade.

Diante desse quadro, é, então, necessário radicalizar (ir às raízes), pôr as idéias no lugar e construir uma outra universidade, livrando-a do pacto com a mediocridade. Para isso, professores desqualificados ou se qualificam ou caem fora; o mesmo com os funcionários; e também dos estudantes se deve cobrar suas responsabilidades. É evidente - pelo que se disse antes - que cabe ao Estado a obrigação de garantir a qualificação dos professores, a ampliação do quadro de funcionários qualificados e igualmente as condições de estudo aos estudantes.

Como a universidade não pode ficar na mão dos demagogos e não pode ser reduzida a um quintal de politiqueiros, é necessário que a comunidade universitária assuma a sua direção para recuperar-lhe a autonomia, para assegurar uma forma de a sociedade exercer seu papel de permanente vigilância.

Nessa discussão sobre democracia, é oportuno distinguir, no interior da universidade, a comunidade universitária da comunidade acadêmica. A primeira é o conjunto das três categorias (professores, estudantes e funcionários); a segunda refere-se, como o próprio nome diz, àqueles que exercem as funções pró-

prias da academia (no bom sentido do termo), isto é, a crítica, a produção e a transmissão do saber; bem como o cultivo da experiência cultural, filosófica, científica e artística. Essa segunda reúne estudantes e professores.

Aprofundando um pouco mais essa perspectiva, vale dizer que no interior duma universidade democrática e cumpridora, com autonomia e competência, de suas funções próprias, cada conjunto (professores, estudantes, funcionários) tem sua especificidade.

Aos professores cabe uma tarefa peculiar que é a responsabilidade primeira no processo de ensino e pesquisa, funções essenciais da Universidade.

Reconhecer essa responsabilidade não significa defender o exercício autoritário da docência ou a imposição autocrática de linhas e formas de pesquisa. Significa, sim, que é do professor a responsabilidade de desencadear o processo dialógico e, por isso mesmo, dialético de ensino-aprendizagem; é de iniciar o estudante no fazer científico. E isso se dá porque o professor é (e tem de ser) o elemento mais permanente da instituição, sem o que é impossível concretizar a pesquisa (que não se instaura e não se faz sem raízes); sem o que anula-se a possibilidade da própria transmissão do conhecimento (que não se faz sem uma formação sólida e contínua do docente). Ao exercer sua responsabilidade primeira e específica, o professor está devolvendo à sociedade o investimento que ela necessariamente fez (faz e tem de fazer) na sua formação.

Diferente do professor, o estudante enquanto indivíduo tem uma passagem transitória pela universidade.

Reconhecer isso não significa dizer que o corpo discente seja transitório: o corpo discente, enquanto parte integrante da própria universidade, é permanente. Mas seus membros são transitórios, os mais transitórios dos três segmentos: concluído o curso, deixam a instituição.

Daí decorre a peculiaridade dos estudantes: são indispensáveis para que a universidade exista, mas se sucedem ano após ano. E daí decorre também a força dos estudantes: esse fluir permanente introduz uma dinâmica especial à instituição, na medida em que coloca (renovando ano a ano) exigências específicas aos membros mais permanentes, para que a universidade não deixe de cumprir suas funções de ensino e pesquisa.

Enquanto a transitoriedade quase absoluta dos estudantes não compromete a universidade (por ser parte da própria realidade da universidade), a transitoriedade quase absoluta dos professores seria o próprio fim da instituição, na medida em que inviabilizaria o ensino e a pesquisa, reduzindo a

universidade a um comércio de diplomas (o que infelizmente ocorre hoje na grande maioria das universidades particulares).

Diferente do estudante, o funcionário enquanto indivíduo é mais permanente e, nesse sentido, se aproxima do professor (basta lembrar que ambos têm de manter uma relação trabalhista com a universidade).

Mas, diferente do professor, o funcionário não tem a responsabilidade primeira no processo de ensino e pesquisa. Cabe-lhe primordialmente exercer funções de apoio técnico e administrativo. Isso não significa dizer que o corpo técnico-administrativo seja menos importante na estrutura da universidade: é o cumprimento de suas funções de apoio que cria condições para que o processo de ensino e pesquisa possa se realizar e, portanto, para que a universidade cumpra adequadamente suas funções sociais.

É essa constatação sobre a importância de cada categoria para o funcionamento da universidade que fundamenta, em parte, as lutas para que a gestão dela seja compartilhada, com esse compartilhar se dando tanto no processo de escolha dos dirigentes, quanto na composição dos órgãos colegiados: uma universidade autônoma, democrática e competente não pode ser gerida por conselhos biônicos, nem por dirigentes saídos do bolso do colete.

Propor uma gestão compartilhada não significa, porém, propor a instauração do voto universal (cada cabeça um voto). O voto universal no interior da universidade esconde a realidade: apaga - talvez por oportunismo político, ou por interesses imediatistas, ou ainda por ingenuidade - as especificidades de cada categoria. Dilui também as funções da universidade, bem como apaga as responsabilidades de cada conjunto para com a sociedade.

A constatação das diferenças e especificidades fundamenta a luta por fórmulas eleitorais que, de uma lado, viabilizem a participação das três categorias, mas, ao mesmo tempo, não depreciem o voto do professor.

Defender isso não significa defender a "ditadura dos professores", mas significa preservar um parâmetro que decorre diretamente das próprias funções da universidade.

Preservar esse parâmetro significa dizer que a paridade, por exemplo, não é um princípio absoluto, mas uma das formas de garantir a participação ponderada de todas as categorias nas eleições dos dirigentes. Ela foi utilizada, com sucesso, na eleição do nosso novo reitor e deverá ser utilizada para a eleição do novo vice-reitor, na medida em que os corpos eleitorais serão os mesmos. Ela é

válida em todos os contextos em que a relação quantitativa entre professor/estudante/funcionário não seja disparatada.

Em qualquer contexto em que se verifique que as diferenças numéricas levariam a uma depreciação do voto do professor, é preciso - em função dos argumentos colocados acima - encontrar a fórmula que corrija essa situação e que, ao mesmo tempo, não inviabilize a participação ponderada de todas as categorias.

Quando o Comitê das Diretas (reunindo o DCE, a Associação dos Professores e a Associação dos Funcionários) lutou contra o artigo da resolução do Conselho Universitário que estendia a fórmula da eleição de reitor para todas as outras eleições no interior da Universidade, o fez justamente para permitir que em cada situação a comunidade encontrasse a melhor fórmula ponderada.

E isso não é casuismo, mas sim uma luta racional contra o absurdo de situações em que, a nível de Departamento por exemplo, o voto de um único funcionário equivalha - pelo sistema da paridade - ao voto de 2.000 alunos e de 50 professores; ou, a nível Setorial, em que o voto de 1 funcionário equivalha ao de 50 alunos e de 4 professores. É também uma luta contra a falsa igualdade, contra o ilusionismo democratista do voto universal, pelo qual o voto do funcionário passa a valer zero (ou quase) e o voto do professor se perde como ponto de referência.

Se essa augmentação toda vale para a eleição dos dirigentes, vale também para a composição dos órgãos colegiados. É absurdo um órgão colegiado só de professores, com representação apenas formal de estudantes; é absurdo um órgão colegiado máximo (o Conselho Universitário) sem nenhuma representação dos funcionários. Isso é o que temos hoje e o que não queremos para o futuro.

Mas, é também absurdo termos órgãos colegiados com indiscriminada representação das três categorias; ou com representação inferior de professores. Órgãos colegiados cujas decisões afetam as três categorias (o Conselho Universitário ou o Conselho Setorial) devem ser diretamente eleitos e com representação ponderada das três categorias (digamos, como hipótese, 3/5 de professores, 1/5 de estudantes e 1/5 de funcionários); órgãos colegiados cujas decisões afetam fundamentalmente o ensino e a pesquisa (o Conselho de Ensino e Pesquisa e os Colegiados de Curso, por exemplo) devem ser diretamente eleitos e com representação ponderada de professores e estudantes (digamos, como hipótese, 3/5 de professores e 2/5 de estudantes).

Uma situação como essa recupera o sentido da representatividade política; garante a participação das três categorias na gestão da universidade; preserva

as especificidades; não inviabiliza o papel social do professor.

Em síntese: o que temos nesta polêmica que ora nos ocupa na UFPR (reproduzindo um debate nacional) é o confronto entre duas visões de universidade: numa delas (a do voto universal), a universidade é uma instituição sem especificidade (e, por isso, totalmente dispensável); na outra, a universidade é uma instituição vital na crítica, produção e transmissão do saber (e, por isso, indispensável para a sociedade). A universidade que queremos construir é esta; não aquela.

É preciso, em função dos argumentos acima apresentados, encontrar fórmulas para o exercício democrático, em que esteja garantindo sempre o cumprimento do papel social da universidade.

Para isso, entendemos como princípio fundamental que o voto do professor seja tomado sempre como referencial, isto é, ele não pode valer menos que o voto do estudante ou do funcionário.

Desempenhar as nossas obrigações dentro da universidade é também exercer nossa cidadania no conjunto da sociedade. Dar prioridade ao voto dos funcionários ou dos estudantes é comprometer as funções da Universidade. Nesse sentido é que discordamos tanto da paridade como sistema absoluto (válido para todas as situações), como do voto universal, para as eleições de diretor de Setor, coordenador de curso, chefe de Departamento, etc.

Por último, é preciso ter presente o fato de que a sociedade, queiramos ou não, delega ao professor a tarefa específica de, no quadro da educação sistematizada, dar direção ao complexo processo de criação e transmissão do saber (pesquisa e ensino).

DIRETORIA DA APUFPR